

CARLOS LACERDA E AS CRISES INSTITUCIONAIS ENTRE 1950 E 1964

Marcio de Paiva Delgado¹ - PPG-UFJF

A breve experiência democrática brasileira entre 1946 e 1964 foi marcada por grande instabilidade institucional. Nestes 18 anos, inúmeras crises políticas exaltaram posições ideológicas antagônicas, que em determinados momentos, se colocaram abertamente contrárias à manutenção da ordem institucional, e apostaram na quebra da legalidade. Cada vertente ideológica encarava a Constituição de 1946 como ineficiente e prejudicial ao seu modo: para os “esquerdistas”, ela era conservadora e excludente; para os “direitistas”, ela era ineficaz e inócua contra a contaminação dita “populista” e a infiltração do “perigo vermelho” comunista. Identificamos como os principais momentos de instabilidade política os seguintes períodos: a eleição de Getúlio Vargas em 1950; o mês agosto de 1954; a Novembrada de 1955; a semana da renúncia de Jânio Quadros e do golpe branco do parlamentarismo em 1961; e os primeiros meses de 1964, que culminariam no golpe civil-militar de 31 de maio.

Desde a redemocratização do Brasil em 1945-46, o novo sistema partidário brasileiro se dividiu em três grandes partidos: PSD, UDN e PTB. Destes, a UDN nasceu como uma reunião heterogênea de grupos diversos, inclusive setores da Esquerda, que naquele momento representavam a oposição ao Estado Novo, e, portanto, unidos sob uma grande diversidade². Mas na sua consolidação, ela ficou marcada como sendo um partido de “direita”, sendo considerada elitista e com pouca penetração no eleitorado popular, sobretudo o urbano. Tinha em seus quadros grupos ligados a interesses liberal-conservadores, proprietários de terras, banqueiros, empresários, grupos associados ao capital estrangeiro, e setores da grande imprensa. Dentre seus membros mais influentes estava o jornalista Carlos Lacerda. Proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* (fundado em 1949). O jornal foi aos poucos se tornando um dos principais palanques políticos da UDN na imprensa, refletindo sua vertente mais radical e

golpista, ajudando a configurar o movimento dentro da UDN conhecido como “lacerdismo”. A *Tribuna da Imprensa* fez a ponte entre a atuação parlamentar da UDN radical junto à opinião pública nos momentos de crise institucionais. Buscando perceber através de um exemplo explícito a utilização da imprensa na manipulação política na formação da opinião pública compondo assim o discurso daquilo que chamaremos de “golpismo democrático”, ou seja, a quebra da legalidade em nome da democracia.

Entretanto, para atingir tal objetivo, vamos abandonar o dualismo simplista “direita *versus* esquerda”, e encarar os conflitos entre os grupos políticos e sociais de forma menos generalizante. Por exemplo, dizer que a UDN era de “direita”, e o PTB de “esquerda”, não explica de maneira satisfatória o estado de beligerância permanente entre esses dois partidos. Nossa análise partirá do ponto de vista da UDN em relação aos seus adversários. De posse dessa consideração, podemos dizer que as principais posições político-ideológicas no período eram: o Liberal-conservadorismo, o Trabalhismo e o Comunismo, sendo que os dois últimos seriam muitas vezes tratados pelo primeiro como exemplos de “Populismo”. Contudo, destacamos que a UDN se autodenominava “liberal”. Mas como o conceito de Liberal é bastante difuso, e que recebe diferentes significados dependentes da realidade de cada país em seu contexto, acreditamos que a UDN seria mais bem caracterizada por ser uma representante do liberal-conservadorismo brasileiro.

O Conservadorismo marcou todo o processo construção do Estado brasileiro desde a Independência. Este encontrou junto ao Liberalismo em Hobbes e Bentham (que discursavam sobre “desigualdades naturais” que legitimavam a desigualdade e a hierarquia social)³ uma doutrina político-econômica instrumental e adaptável ao projeto de nação das elites: o desenvolvimento e consolidação de um Capitalismo excludente; sem participação efetiva da população no processo de decisões; e sem mudanças Estruturais na sociedade, sobretudo no sistema de propriedade. Portanto, o Brasil, desde sua emancipação política, conviverá com medidas liberais e conservadoras adotadas pelo governo caracterizando assim o liberal-

conservadorismo. Também sobre o Liberalismo brasileiro, Wanderlei Guilherme dos Santos parte da análise dos paradoxos do liberalismo ligado às origens autoritárias e oligárquicas das elites nacionais que não foram “resolvidas” com a Revolução de 30⁴. Tal origem autoritária e elitista do liberalismo brasileiro seria, em certa medida, reproduzida pela UDN através também da sua atuação política, na medida em que apostando na ação contestatória das “regras do jogo” e os resultados eleitorais (“o povo errou”), muitas ocasiões acabava convergindo para a articulação golpista. Santos também remete a Oliveira Vianna da década de 20 para identificar o caráter autoritário e contraditório do liberalismo brasileiro:

*O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas ao contrário, parental, clânica e autoritária (...) Não há um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir para o estágio em que se encontra até tornar-se liberal (...) Seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal (...)*⁵.

Durante o período estudo, a UDN quase sempre foi partido de oposição aos governos entre 1946 e 1964, a despeito de representar os interesses dos grupos econômicos dominantes. No pós-45, as eleições começaria a confirmar no poder, partidos e líderes que de algum modo tiveram estreita ligação com o ex-ditador Getúlio Vargas. Como assinala Wanderley Guilherme:

*Não havia, para os liberais, esperança de atingir o poder em um sistema deste tipo sem romper o compromisso de submissão aos métodos legais. Seria, portanto, e uma ingenuidade extrema aceitar o sistema como legal e obedecer às regras do jogo estabelecidas pelo próprio sistema. Desde que faltava legitimidade ao sistema era perfeitamente correto, e dentro da mais pura tradição liberal, tentar derrubá-lo adotando inclusive meios violentos, se necessário fosse.*⁶

A dita “Herança Getulista”, muitas vezes chamada simplesmente de “getulismo” ou de “trabalhismo” encarnava aquilo que seria genericamente também chamada pejorativamente pelos liberais de “governos populistas”. Não é nosso objetivo neste artigo aprofundar na profícua discussão acerca da validade do populismo como modelo de análise para o período entre 1930-1964⁷. Para nós, neste momento, basta percebermos que aqueles adversários da

UDN que propunham um projeto de desenvolvimento sob uma orientação nacionalista e sob o planejamento estatal seriam duramente atacados pela UDN. Estas forças políticas nacionalistas (muitas delas não necessariamente reformistas) sofreriam um forte discurso generalizante de desqualificação por parte da imprensa udenista sem grandes critérios de análise.

Por estarmos inseridos no contexto da Guerra Fria, o anticomunismo também se configurou como uma das principais marcas do liberal-conservadorismo brasileiro no século XX. Como atesta em seu trabalho sobre a trajetória do anticomunismo no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta⁸ demonstra que desde a década de 20 do século passado, grupos conservadores, religiosos e liberais praticaram um discurso feroz contra o comunismo no Brasil, sempre em nome de valores cristãos como família, tradição e propriedade. Por exemplo, o chamado “Clube da Lanterna”, criado em 1953 pelo jornalista ligado a UDN Amaral Neto, sob inspiração de Carlos Lacerda (a “lanterna” era um símbolo do jornal Tribuna da Imprensa como ícone da vigilância e da moralidade), era de orientação radical anticomunista. Para os anticomunistas da UDN, a histórica união de Getúlio Vargas com Prestes durante o movimento Queremista, ficaria marcada como prova de que o Trabalhismo tinha sua origem sob a contaminação Comunista. A antiga desconfiança por parte das Forças Armadas e de grupos ligados ao Capital estrangeiro em relação ao então Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, também ajudava a configurar o quadro de crise. Mesmo durante o governo Juscelino Kubitschek (também identificado pela UDN como um herdeiro de Getúlio Vargas), as quarteladas de Jacareacanga e Aragarças expressavam temores de militares conservadores em relação ao perigo comunista. Em suma, discurso udenista unificaria, sem muito constrangimento, o Trabalhismo, o Comunismo, o Getulismo e o Populismo sob uma mesma tradição política.

Trabalhamos com a Política não apenas na sua formalidade institucional, mas também como uma cadeia de relações, códigos e valores sociologicamente articulados entre os membros de uma sociedade. A imprensa passa assim a ser fonte importante na compreensão

das representações políticas da sociedade, sobretudo na democrática moderna⁹, pois ela se posiciona tanto como porta voz de ideologias de grupos organizados - e de intelectuais ligados a esses -, quanto faz o papel de espelho às aspirações de grupos sociais diversos. Para buscarmos a importância da mídia, partimos de uma afirmação de Max Weber: o dito “chefe político típico” ideal é o “demagogo”. Como a demagogia se utiliza do discurso, o jornalista é tido como um dos mais notáveis representantes da demagogia política do século XX.¹⁰ A crescente valorização da palavra escrita na política dos Estados democráticos modernos é facilmente percebida na medida em que as campanhas eleitorais que legitimam o processo representativo se baseiam no convencimento, e na “venda” de um discurso para o universo votante. Quanto maior o grau de convencimento e universalismo das propostas, maior a possibilidade dos partidos políticos e de seus líderes atingirem ao poder¹¹. Isso aliado ao crescimento da chamada Cultura de Massa no século XX, o papel dos órgãos de comunicação na Política conhece uma maior importância na construção da opinião pública¹² na esfera pública. As análises acerca da relação dos meios de comunicação, sociedade civil, mercado e estado geraram o conceito Habermasiano de “esfera pública” que congrega num espaço social, o debate e negociação entre os interesses de coletivos e de grupos alternativos e independentes da “esfera política” e do mercado¹³. Ao tomar uma posição, o organismo de comunicação passa a reproduzir e a defender um ponto de vista que geralmente é atrelado a interesses de grupos econômicos, partidos políticos, movimentos sociais e etc. No caso de uma posição política, esta pode se expressar através de críticas a atuação de um determinado governo, apoio ou oposição as demandas de grupos sociais, e até mesmo a defesa da quebra da legalidade por considerá-la “errada” e prejudicial ao progresso da dita “verdadeira” democracia.

A mídia fornece elementos informativos para a formação de opiniões dos indivíduos. Em países como o Brasil, onde a cultura política ainda se encontra carente de “capital social” (trabalhando aqui com o conceito apresentado por Robert Putnam para o grau de participação

política cívica de uma sociedade)¹⁴, o personalismo na política e o carisma pessoal atuam de forma bastante marcante junto a população, como também atesta Weber¹⁵. É através de idéias reproduzidas por programas políticos, partidos e de associações, aliada a uma identificação sócio-econômica e a exposição (ou falta dela) a pontos de vistas divergentes, que os eleitores formam sua “opinião” sobre um determinado assunto¹⁶. Como um canal por excelência mais amplo e de maior acessibilidade, a imprensa fornece ao “cidadão comum”, “atalhos para a compreensão”¹⁷. Segundo Gramsci, toda construção de um discurso visa a conquista de uma “hegemonia”. Mas essa disputa também pode ocorrer dentro do próprio sistema hegemônico com o conflito entre a classe fundamental e os grupos “auxiliares” ou facções diferentes¹⁸. Em momento algum acreditamos que o dito liberalismo udenista era contrário, ao nível estrutural, ao trabalhismo getulista ou ao próprio conservadorismo do PSD. Tal disputa não colocava em questão o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil. A repetição de determinados discursos traduzidos pelos intelectuais (no nosso caso, os jornalistas) por parte de mídia, encontra respaldo no receptor na medida em que ele tente a incorporar re-interpretações consoantes com as características discursivas e visão de mundo oferecidos pelos meios emissores de opinião¹⁹. Carlos Lacerda, “o jornalista”, sempre reproduziu “o político” na linha editorial do seu jornal. Gramsci também nos oferece elementos de análise sobre o papel dos intelectuais na dinâmica da formação da opinião pública quando desenvolve a sua teoria de Estado. O “palco” para essas relações, é a “sociedade civil”. Sobre isso, Gramsci se opõe a Hegel tirando do Estado (ou a sociedade política) o momento inicial onde daí irá controlar e dominar as contradições sociais, e as desloca para um momento anterior, a sociedade civil²⁰.

Mas como definir o espaço de relações onde as instituições formadoras e reprodutoras de cultura, tradição e ideologia na sociedade com um todo se encontram? Dentro dessas novas perspectivas de análise das relações sociais, a incorporação de conceitos como “sociedade civil” e “esfera pública”, desempenha uma função-chave no entendimento da dinâmica política

na sociedade. Segundo Jürgen Habermas, a esfera pública refere-se a uma dimensão que se encontra entre a sociedade civil e o Estado, e que acolhe os discursos dos atores sociais. Nela está inserida a opinião pública, que corresponde fundamentalmente ao espaço ideal de influência dos meios de comunicação, contudo, supõe-se ainda certa capacidade independência dos atores. Os atores da sociedade civil “tematizam” situações-problema percebidas no “mundo da vida” e que dizem respeito, portanto, ao conjunto da sociedade, contribuindo, através de seu esforço de inclusão de grupos e temas minoritários para a ampliação da esfera pública²¹. Por esse motivo a imprensa possui um papel primordial para que haja esse vínculo com a sociedade civil e maior influência na formação da opinião pública.

De posse dessas considerações, podemos nos referir à atuação de Carlos Lacerda e seu jornal *Tribuna da Imprensa* durante os momentos de crise institucional como ação política. Na abertura desse texto, dizemos que a da volta de Getúlio Vargas marcou o início de uma feroz oposição partida da UDN, e principalmente de sua vertente mais radical, identificada na imprensa com o jornalista Carlos Lacerda através de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*. O atentado da rua Toneleiros em agosto de 1954 consolidou o jornalista como um ícone do antigetulismo e a qualquer herança relativa ao ex-ditador. Lacerda, que durante o Estado Novo deu sua guinada para a Direita – a despeito do seu passado na ANL – também passou a professar a orientação liberal conservadora, anticomunista, e defensora de uma moralidade militante (como dizia o lema da UDN: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”). Essa atuação ideológica também é marcante em seus editoriais diários no seu jornal. A UDN, formada inicialmente como um movimento antigetulista bastante heterogêneo que agregava setores de diversas correntes ideológicas, aos poucos vai sendo dominada por uma elite conservadora e não superou sua origem autoritária. Demonstrando grande desconfiança em relação a vontade do povo nas urnas, a UDN professava uma democracia pura, limpa, imaculada e “verdadeira”. Qualquer traço na legislação brasileira ou no quadro partidário que fosse identificado como herança do ex-ditador ou infiltração esquerdista, era imediatamente

tomado como “prova” de que aquela democracia não era legítima. Esse discurso autoritário dos liberais da UDN defendia que para se construir a “verdadeira” democracia, ou seja, aquela onde seus interesses seriam soberanos e incontestes, a democracia negociada em 1945, e consolidada com a constituição de 1946, poderia ser derrubada por um golpe em nome dela mesma. Esse discurso foi fortemente trabalhado por Carlos Lacerda em seu jornal e durante sua atuação política, influenciando a opinião pública brasileira, sobretudo a classe média que sempre se portava temerosa em relação qualquer movimentação radical de esquerda no Brasil. Ele encarava a democracia pós-46 insuficiente para “limpar” o Brasil de qualquer ameaça que colocasse em risco “bom caminho” que a UDN traçara. Nos momentos de crise (alguns deles fomentados pela própria UDN e pelo jornalista), o jornal *Tribuna da Imprensa* forneceu base ideológica e argumentativa para a ação radical contra as instituições, e para dar corpo ao “lacerdismo”. Tal utilização política do radicalismo *lacerdista* no jornal, e a atuação do seu proprietário para a formação da opinião pública e construção de um discurso golpista para grupos de pressão é o principal objeto de nossa pesquisa. O jornal *Tribuna da Imprensa* foi, portando, transformado “num púlpito de um jornalista-político”.²²

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação do Dep. de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. RJ: Paz e Terra. P 23-28.

³ VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**. RJ: Objetiva, 2001, p. 476-477.

⁴ SANTOS, Wanderley G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. SP: Duas Cidades, 1978. *Passim*.

⁵ *Ibidem*, p. 93.

⁶ *Ibidem*, p. 99.

⁷ FERREIRA, Jorge. **Populismo e sua história, debate e crítica**. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. SP: Perspectiva, 2002.

⁹ ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em Transição**. RJ: FGV, 1996. MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Campinas: UNICAMP/Revan, 1998. JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. RJ: FGV/UFRJ, 1996.

¹⁰ WEBER, Max. **Ciência e Política, duas vocações**. São Paulo: Martin Claret. 2003, p.82.

¹¹ PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. SP: Cia das Letras. 1991, p. 121-161. *Passim*

¹² ALDÉ, Alessandra. **A Formação da Política**. RJ: FGV, 2004, p. 14.

¹³ *Ibidem*, p. 22.

¹⁴ PUTMAN, Robert. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. RJ: FGV, 1996. *Passim*.

¹⁵ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. RJ: Zahar, 3ª edição, p. 283-289.

¹⁶ ALDÉ, Alessandra. *Op. cit.*, p. 22.

¹⁷ *Idem*, p. 24.

¹⁸ PORTELI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. RJ: Paz e Terra, 1980, p. 104.

¹⁹ ALDÉ, Alessandra. *Op.cit.*, p. 176.

²⁰ BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. SP: Graal, p. 41.

²¹ COSTA, Sergio. **Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil**. In: Fórum de Idéias. http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm. Acessado em 4 de janeiro de 2005.

²² LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer, o corvo e o bessarabiano**. SP: Senac, 1998, p. 152.